



Academia Brasílica dos Esquecidos: história e literatura

Academia Brasílica dos Esquecidos: History and Literature

Nilton de Paiva Pinto

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil

npaivapinto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2925-3426>

Resumo: Este artigo investiga e descreve o funcionamento da Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada na colônia portuguesa na América, em 1724. As informações aqui reunidas foram colhidas nos códices que contêm as produções acadêmicas e em outras fontes bibliográficas. Esses códices foram publicados por José Aderaldo Castello entre 1969 e 1971. Essa Academia desempenhou importante papel histórico no desenvolvimento da organização de atividades intelectuais na colônia portuguesa, que viria, um século mais tarde, a ser um país independente, o Brasil. A Academia foi fundada para cumprir orientações emanadas da Academia Real de História Portuguesa, criada em Lisboa. Seu principal objetivo era a produção de uma História da colônia, dividida em quatro partes: natural, militar, eclesiástica e política. Além dos textos historiográficos, encomendados a quatro dos acadêmicos, os demais membros apresentavam produções poéticas em todas as sessões (sobre temas que lhes eram também encomendados). O acadêmico Sebastião da Rocha Pita, um dos mais importantes membros da Academia, foi objeto de algumas considerações ao longo do artigo.

Palavras-chave: movimento academicista no Brasil; Academia Brasílica dos Esquecidos; História e literatura.

Abstract: This paper investigates and describes the inner workings of the Academia Brasílica dos Esquecidos, founded in the Portuguese colony in the Americas in 1724. Data was collected from codices containing academic productions of this institution published by José Aderaldo Castello between 1969 and 1971 and other bibliographical sources. This Academy played an important historical role in the organization of intellectual activities in the Portuguese colony that would, a century later, become an independent country, Brazil. Founded to comply with guidelines issued by the Royal Academy of Portuguese History, created at Lisbon, the Academy's main goal was to write a history of the colony, divided into four parts: natural, military, ecclesiastical, and political. Besides historiographical texts, requested from four of the academics, the other members produced poetic writings in all genres (on preestablished topics). Scholar Sebastião da Rocha Pita, a key member of the Academy, was the object of some considerations throughout the text.

Keywords: academic movement in Brazil; Academia Brasílica dos Esquecidos; history and literature.

Sebastião da Rocha Pita nasceu na cidade da Bahia, no dia 3 de maio de 1660, e faleceu a 2 de novembro de 1738, em Cachoeira, também na Bahia.¹ Era filho de João Velho Gondim e D. Brites da Rocha Pita. Estudou no colégio dos jesuítas, na cidade da Bahia, e graduou-se mestre em artes aos dezesseis anos de idade. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de Bacharel em Cânones – informação esta contestada por Afonso Costa (1950-1951, p. 4), apoiado em levantamento dos nascidos no Brasil que estudaram em Coimbra, feito por Francisco de Moraes. Casou-se com Ana Cavalcanti de Albuquerque Aragão, com quem teve três filhos. Após o casamento, fixou residência numa fazenda de sua propriedade, situada nas margens do rio Paraguaçu, na cidade de Cachoeira, onde se dedicou à lavoura. Foi coronel do regimento privilegiado de ordenanças – título atribuído, na época, a pessoas importantes pelo respeito social, pela fortuna e pela ascendência. Foi, também, fidalgo da casa real, cavaleiro da ordem de Cristo, acadêmico supranumerário da Academia Real de História Portuguesa e membro da Academia Brasílica dos Esquecidos (BLAKE, 1970, v. 7, p. 214).²

Rocha Pita costuma ser lembrado por sua *História da América Portuguesa*, publicada em 1730. Para preparar essa obra, ele estudou italiano, francês e holandês, com o objetivo de ler documentos escritos nesses idiomas (ALMEIDA, 2003, p. 334-336). Além de historiador, foi também poeta, e, como tal, participou ativamente das atividades realizadas na Academia Brasílica dos Esquecidos.

José Aderaldo Castello (1969-1971) publicou os éditos e inéditos da Academia Brasílica dos Esquecidos nos cinco tomos do primeiro volume de *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. Os quatro primeiros tomos contêm numerosos poemas de Sebastião da Rocha Pita: cinquenta e seis sonetos; cinco romances, um deles em castelhano; quatro poemas em décimas, num total de dezesseis décimas; um poema em tercetos; uma endecha e uma “Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica”. Esse é o conjunto de textos de Rocha

¹ Afonso Costa (1950-1951, p.7), firmado em historiadores, documentos (que não cita) e lógicos raciocínios, contesta a data e o local do falecimento de Rocha Pita – que, segundo ele, ocorreu na cidade da Bahia, em 2 de novembro de 1739.

² Essas mesmas informações constam da *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (1752, t. 3), com exceção do que diz respeito à Academia Brasílica dos Esquecidos.

Pita que constam nessa publicação. Aderaldo Castello (1974), no primeiro tomo do terceiro volume de *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*, publicou, também, o “Breve compêndio, e narração do fúnebre espetáculo, [...] na morte de el-Rei Dom Pedro II [...]”, do mesmo escritor.

A *História da América Portuguesa*, assim como a maior parte da produção poética de Rocha Pita, deriva de sua vinculação ao projeto da Academia Brasílica dos Esquecidos, inaugurada na Bahia no ano de 1724, sob o patrocínio do então vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses. O mencionado escritor, poeta e historiador foi um dos membros fundadores dessa instituição acadêmica.

Uma academia, considera José Aderaldo Castello (1969, v. 1, t. 1, p. 16), é “associação cultural com objetivos, organização e atuação temporariamente ilimitada, fixados em estatutos próprios.” Segundo esse critério, a Academia Brasílica dos Esquecidos foi a primeira no Brasil colônia. Ela representou uma extensão, em território colonial, do empreendimento português iniciado na Academia Real de História Portuguesa, criada em 1720 e que durou até 1736. O programa dessa academia portuguesa, declarado nos documentos iniciais de sua história, era, conforme diz Fidelino de Figueiredo (1946, v. 1, p. 10), “que se compusesse a História Eclesiástica, e Secular destes Reinos, e suas conquistas [...]”. Significava, portanto, um esforço para a elaboração de uma história do reino e de suas colônias. O mesmo Fidelino de Figueiredo (1946, v. 1, p. 18) assim descreve o método adotado pela Academia:

Para reunir livros, documentos, inscrições, tradições e notícias, fez a Academia expedir ofícios circulares aos arcebispos e bispos, aos cabidos das catedrais, aos prelados das religiões, às câmaras municipais e aos provedores das comarcas; nelas se continham questionários tão circunstanciados que, responder a eles cabalmente seria fazer a própria história, que a Academia tinha em vista.

O que Fidelino de Figueiredo não diz é que os ofícios expedidos abrangiam as colônias. Que houve carta dirigida ao vice-rei do Brasil é certo, pois consta do Códice I – 2 – 2,8, nº. 104 do Cat. de Manus. da Biblioteca Nacional uma “Carta para os Prelados das Religiões desta Cidade e Senado da Câmara dela, sobre o que pertence à Academia Real de História Portuguesa Eclesiástica e Secular do Reino e suas conquistas”, dirigida por Vasco Fernandes César de Meneses – vice-rei do Brasil de 1720 a 1735 (DICIONÁRIO de História do Brasil, 1971, p. 613) – às autoridades eclesiásticas da Bahia, em que diz o seguinte:

Com esta remeto a Vossa Paternidade a primeira via de uma carta do serviço de Sua Majestade que Deus guarde, pertencente à Academia que foi servido instituir, para debaixo de sua soberana proteção se escrever com toda a clareza, e brevidade possível a História Eclesiástica, e Secular do Reino de Portugal e suas Conquistas: e ainda que suponho virá cerrada na dita a Memória impressa do que se pretende saber das Religiões que há neste Estado, vai o traslado incluso, para que Vossa Paternidade por ele veja o que pertence à sua, e é do real agrado se remeta à dita Academia. (DOCUMENTOS históricos, 1939, v. 45, p. 4)

A “Memória impressa do que se pretende saber” a que se refere o vice-rei, seguramente, consistia no “questionário circunstanciado” da Academia Real de História Portuguesa, agora transferido e aplicado à colônia. Pedro Calmon (1949, p. 51) interpreta essa correspondência como uma “provocação” de d. João V, que resultou na instituição da Academia Brasileira dos Esquecidos.

A carta dirigida pelo rei a Vasco Fernandes César de Meneses, transcrita pelo cel. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, em sua obra intitulada *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* e, daí, por Ariel Castro (1999, v. 1, p. 344-345), diz o seguinte:

Pela memória impressa, que com esta se vos remete, tereis entendido quais são as notícias de que se necessita para a composição da história portuguesa, que encarreguei a Academia Real, que instituí nesta Corte ao mesmo fim; e porque esta história compreende não só o que pertence ao Reino mas também às suas conquistas, vos recomendo que logo que receber esta minha carta encomendeis da minha parte ao Arcebispo, a seu cabido e aos mais cabidos das sedes vacantes desse Estado e aos prelados das religiões examinem, inquiram com toda a diligência, individuação e clareza todas as notícias que se apontam na dita memória e podem acomodar-se a essa conquista e papéis e clarezas na forma que se aponta na mesma memória; certificando a todos que me será muito agradável todo o trabalho que puserem nesta averiguação, além de ser muito próprio do seu estado contribuírem com sua aplicação de uma obra que pode servir muito à glória de Deus Nosso Senhor e crédito da Igreja desse Estado. E também passareis as ordens necessárias aos oficiais das Câmaras na conformidade que se aponta na memória impressa e podem ter acomodação a esse Estado. Estas diligências vos hei por muito encarregadas, esperando do vosso zelo poreis nela tal cuidado e eficácia que se consiga, com a brevidade possível, o fim pretendido. Escrita em Lisboa Ocidental em 31 de março de 1722, Rei.

Em 7 de março de 1724, comunicou o vice-rei a sete pessoas de destaque intelectual a vontade que tinha de erigir e estabelecer uma Academia. As sete pessoas por ele escolhidas foram o padre Gonçalo Soares da Franca, os desembargadores Caetano de Brito Figueiredo e Luís de Siqueira da Gama, o juiz de fora dr. Inácio Barbosa Machado, o coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito e Lima e José da Cunha Cardoso. A partir desse núcleo, constituiu-se a Academia, que, segundo Carlos Eduardo de Moraes (1999, p. 5), chegou a congregar cerca de 155 participantes. Sebastião da Rocha Pita e Gonçalo Soares da Franca fizeram parte, como membros supranumerários, da Academia Real de História Portuguesa. Inácio Barbosa Machado, por seu turno, mais tarde, foi membro daquela Academia, conforme se deduz da seguinte obra sua, elencada por Diogo Barbosa Machado, seu irmão, no tomo II da *Biblioteca lusitana* (1747, p. 532-533): *Practica recitada no Paço a 9 de Dezembro de 1734, com que congratulou a Academia Real de ser eleito seu Colega*. Sáhio no Tom. 13 da *Collec. dos Docum. da Academia Real*. 1734. fol.

Entre os objetivos acadêmicos estavam o de estudar a História Brasílica, dividida em quatro partes – natural, que ficou por conta de Caetano de Brito Figueiredo; militar, cometida a Inácio Barbosa Machado; eclesiástica, entregue a Gonçalo Soares da Franca; e política, que coube a Luís de Siqueira da Gama –, e o de “dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como desconhecidos” (CASTELLO, 1969, v. 1, t. 1, p. 3).

Nessas duas vertentes, histórica e literária, desenvolveram-se os trabalhos acadêmicos. Por um lado, a Academia tinha como objetivo o estudo da História do Brasil, nas quatro partes mencionadas – esforço com que pretendia organizar as informações acerca da História da colônia, em conformidade com os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na Academia Real de História Portuguesa. Por outro, ficou estabelecido, desde o início, que em todas as sessões, excetuada a primeira, seriam dados dois argumentos ou assuntos – um heroico, outro lírico –, com o objetivo de estimular a produção poética entre os acadêmicos.

Os acadêmicos deram à instituição o nome de Academia Brasílica dos Esquecidos. Segundo o texto que José Aderaldo Castello (1969, p. 107) chama de “ata de fundação” – que acreditamos ser o seu estatuto, pois regulamenta o seu funcionamento –, os acadêmicos assim se intitularam

por “louvável modéstia”. Também nisso, isto é, na concisão, a Academia Brasílica segue a Academia Real de História Portuguesa, cujos estatutos, segundo Fidelino de Figueiredo (1946, p. 11), eram “breves e inspirados por grande intento prático”. Varnhagen (1987, p. 58) diz que “o nome de esquecidos tomaram talvez os sócios da circunstância de não haverem sido lembrados os seus na *Academia de História*, que se criara em Lisboa em 1720.” Ariel Castro (1999, v. 1, p. 347) avança mais, interpretando assim essa designação:

Intitularem-se Esquecidos já por si só indica alguma inconformidade relativamente à metrópole, o que seria já inusitado no regime colonial do momento, mas que se explicaria por algum tipo de autoestima de pessoas plenamente integradas no Estado do Brasil.

Essa interpretação transforma o movimento acadêmico dos Esquecidos em semente do orgulho nativista que, mais tarde, os historiadores românticos elegeram como critério de nacionalidade da Literatura Brasileira.

Em todas essas interpretações, o esquecimento referido no título da Academia tem por referência aqueles que a antecederam, na Academia Real de História Portuguesa. Entretanto, resta ainda outra possibilidade: a do seu contrário, a do esquecimento pela posteridade. Na “Oração, com que na dominica in Albis vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasílica o Doutor José da Cunha Cardoso”, dizia o orador, amante dos contrários, sobre o nome de Esquecidos:

Grave título, e tão admirável, que a sua grandeza maior consiste na contradição da sua grandeza. Achar o bem no bem não é excesso, tirar bem do mal é vantagem. Derivar honra da honra não é milagre, deduzir glória do seu contrário é prodígio. E isto fizeram os nossos Acadêmicos na eleição daquele título. Chama-se o esquecimento consequência da morte, filho do Letes, e o que mais é símbolo do inferno, assim o cantou o Mantuano, o confessa Ravísio, e o conhecem todos. E que inventaram os nossos Acadêmicos para eternizar o seu nome? Trocaram a morte em vida, em memória o esquecimento, e o inferno em glória. Tomou a Academia o nome que significa morte para ser imortal; tomou o nome que apaga a memória para se fazer memorável; tomou o nome, que simboliza inferno para ficar gloriosa. (CARDOSO, 1724 apud CASTELLO, 1969, v. 1, t. 1, p. 9)

Como se vê, José da Cunha Cardoso transforma “em memória o esquecimento”: afirma que os acadêmicos tomaram o nome de “esquecidos” para serem lembrados – o que seria uma declaração de confiança na inserção da Academia e de seu legado na tradição, ou seja, na memória que o futuro conservaria daqueles tempos.

Se o esquecimento futuro era para eles um tormento, em que não desejavam pensar, ele era, de fato, uma ameaça: no século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen, conforme informa Pedro Calmon (1949, p. 52, nota 3), que citaremos adiante, ainda acreditava perdidos os registros das produções acadêmicas.

A propósito de um possível esquecimento pela posteridade, a Academia teria corrido esse risco, se dependesse da *Biblioteca Lusitana* – mais importante fonte bibliográfica para o estudo da Literatura Brasileira do período colonial. Pedro Calmon (1949, p. 54) argumenta que era português o acadêmico Inácio Barbosa Machado, e que, sendo irmão de Diogo Barbosa Machado, “por certo, deu [a ele] as informações, sobre o Brasil e os brasileiros, que lhe opulentam a *Biblioteca lusitana*.” Não é crível que o célebre bibliógrafo português desconhecesse essa Academia, tendo sido seu irmão fundador dela. Apesar disso, Barbosa Machado, embora registre dados sobre diversos acadêmicos, não menciona a instituição dos Esquecidos em nenhum dos verbetes de sua obra monumental.³ Seria isso sinal de desdém da mentalidade metropolitana pela colônia? É possível, ainda, pensar-se que, sendo o abade de Sever, ele próprio membro da Academia Real de História Portuguesa, houvesse nessa omissão uma resposta à ironia dos “Esquecidos”.

Tinham os acadêmicos, também, uma empresa: seu corpo era o Sol; sua letra, a seguinte sentença: *Sol oriens in Occiduo*. “‘O Sol nascendo no Ocidente’, afirmavam os acadêmicos no lema que escolheram; havia claramente no espírito de todos a convicção de que se iniciava no Brasil, ao contrário do que até então tacitamente se pensava, o tempo da cultura intelectual [...]” (MARTINS, 1994, v. 8, p. 366). Pedro Júlio Barbuda (1916, p. 154), citando Rafael Galanti, vê nessa divisa uma possível alusão ao fato de “ter sido seu fundador, como vice-rei, sol na Índia, e, depois, no Brasil.” Como termo culto, “Sol” é metáfora que surge sem o termo real, mas apenas com o ideal. Como referência ao vice-rei, “Sol” é a cabeça da colônia; como

³ Essa pesquisa só foi possível graças à edição em CD-Rom da *Biblioteca lusitana*, coordenada por Ana Carolina Nogueira da Silva e Nuno Camarinhas.

referência à intelectualidade colonial, “Sol” é o entendimento, a inteligência, o pensamento, o espírito. A metáfora, provavelmente, tem raízes bíblicas, pois Cristo disse a seus discípulos: “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte. [...] Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que vendo as vossas boas obras, eles glorifiquem vosso Pai que está nos céus” (Mt 5,14-16) (BÍBLIA..., 2000).

Retomando a ideia de Ariel Castro, de que o nome de “Esquecidos” significaria inconformidade com a Metrôpole, e aplicando-a à divisa da Academia, poder-se-ia pensar numa proposta de inversão: se o Sol nasce no Oriente; se a luz, isto é, o pensamento, nos vem da Europa; o lema *Sol oriens in Occiduo* poderia muito bem ser entendido como proposta de lançamento de luzes, ou seja, de ideias, em sentido inverso, do Brasil sobre a Europa.

Os sete acadêmicos principais, convocados pelo vice-rei para a organização da Academia, adotaram pseudônimos, conforme a tradição acadêmica: o padre Gonçalo Soares da Franca se denominou Obsequioso; o desembargador Caetano de Brito Figueiredo tomou o cognome de Nubiloso; o desembargador Luís de Siqueira da Gama, o de Ocupado; o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o de Laborioso; o coronel Sebastião da Rocha Pita, o de Vago; o capitão João de Brito e Lima, o de Infeliz; e José da Cunha Cardoso, o de Venturoso.

Entre esses sete, quatro foram os escolhidos para compor as histórias natural, militar, eclesiástica e política: Caetano de Brito Figueiredo, Inácio Barbosa Machado, Gonçalo Soares da Franca e Luís de Siqueira da Gama, respectivamente. Esses eram os chamados “Mestres”. Suas prosas eram lidas, segundo o estatuto, logo em seguida à prosa do presidente, que abria a sessão com discurso sobre “matéria, ação, questão, ou problema” que quisesse discorrer (CASTELLO, 1969, v. 1, t. 1, p. 4). Depois, eram lidos os poemas compostos para a ocasião pelo secretário da Academia.

Pertenciam à Academia dos Anônimos, de Lisboa, os acadêmicos José Cunha Cardoso, Luís de Siqueira da Gama e Antônio Sanches de Noronha (PAES; MOISÉS, 1967, p. 15). José da Cunha Cardoso foi nomeado secretário da Academia Brasileira dos Esquecidos pelo vice-rei, protetor dela. Como na Academia Real de História Portuguesa, esse cargo era perpétuo. Cada sessão acadêmica – com exceção da primeira – era aberta por um discurso do presidente nomeado por seu antecessor. Na primeira, o secretário pronunciou a já citada “Oração, com que na dominica in Albis

vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasílica o Doutor José da Cunha Cardoso.” Como já foi dito, competia a ele a leitura das poesias feitas pelos acadêmicos para cada sessão.

Ficou assentado que as reuniões seriam quinzenais, realizadas no palácio do vice-rei, e que, para cada conferência, seriam dados dois argumentos ou assuntos – um heroico, o outro lírico –, para estímulo da produção poética. Apenas a primeira conferência, que foi marcada para a tarde de 23 de abril de 1724, domingo seguinte ao da Páscoa daquele ano, não teve os dois assuntos arbitrariamente determinados, pois os temas desse dia seriam necessariamente o elogio do vice-rei e a criação da própria Academia. No final do ano, entretanto, a partir da reunião realizada no dia 26 de novembro, as três reuniões seguintes a esta foram espaçadas de cerca de um mês, e a última, aparentemente realizada em condições precárias, ocorreu no dia 04 de fevereiro de 1725. Que a última conferência era conhecida como última pelos próprios acadêmicos prova-o o último soneto de Sebastião da Rocha Pita, que traz por cabeçalho as seguintes palavras – “Na suspensão que faz a nossa Academia com a última conferência”:

Depõe um pouco o Arco o Deus Luzente
Para pulsar a corda mais constante,
Descansa o instrumento altissonante
Para entoar as vozes mais valente.

Tal da nossa Hipocrene a grossa enchente
Abstendo-se do curso modulante,
Para dar muitos passos adiante
Suspende agora o passo, ou a corrente.

Bem que por algum tempo se despinte
Essa ideia gentil do Sacro Monte,
O congresso fará com que se pinte,

E trazendo a Harmonia ao Horizonte,
No coro mostrará maior requinte,
Mais amplamente beberá na Fonte.

O Acadêmico Vago
Sebastião da Rocha Pita.
(PITA apud CASTELLO, 1971, v. I, t. 4, p. 252-253)

Na “Dissertação décima” da história política, preparada por Luís de Siqueira da Gama, que presumivelmente não foi lida em nenhuma das dezoito sessões, mas que seria lida numa décima nona sessão, se tivesse ela ocorrido, diz o autor:

O tempo, é este mais que venturoso, em que presentemente vemos restituído à sua perfeita saúde o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei depois que o vimos enfermo, e tantas vezes sangrado por causa de um defluxo, que os dias pretéritos o teve na cama com bem merecido susto de toda esta sua amantíssima cidade [...]. (GAMA apud CASTELLO, 1969, v. 1, t. 5, p. 125)

A doença do vice-rei explicaria o espaçamento maior das últimas sessões da Academia. Seu encerramento, entretanto, segundo Ariel Castro (1999, v. 1, p. 348), ter-se-ia dado por “razões políticas, o que é mais provável, ou simplesmente resultante de enfado.” Outra possibilidade é o caráter “alcobacense”, ou seja, “sem crítica e com inclinação para o maravilhoso e para o absurdo” (FIGUEIREDO, 1966, p. 227), da historiografia produzida no âmbito acadêmico – o que contrariaria a proposta da Academia Real de História Portuguesa.

Da Academia Brasília dos Esquecidos, cuja primeira conferência ocorreu na data mencionada, existem registros de dezoito reuniões, sendo a última realizada em 4 de fevereiro de 1725. Os códices que contêm o material produzido no âmbito acadêmico foram publicados, no primeiro volume, em cinco tomos, da obra *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*, por José Aderaldo Castello. Segundo ele, o material publicado nos tomos 1, 2, 3 e 4 do primeiro volume corresponde aos manuscritos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro). Quanto ao material restante do mesmo volume (que compõe o tomo 5), registra o organizador que o obteve do seguinte modo: “o Prof. Antônio Soares Amora [...] nos cedeu microfilmes obtidos em Portugal, com ‘Dissertações’ que compõem o Tomo 5 do Vol. I da Academia Brasília dos Esquecidos [...]” (CASTELLO, 1969, v. 1, t. 1, p. XX).

O tomo 5 do volume I da obra mencionada contém: “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na História do Brasil”, obra de Luís de Siqueira da Gama; “Dissertações acadêmicas, e históricas, nas quais se trata da História Natural das coisas do Brasil”, obra de Caetano de Brito Figueiredo; e “Dissertações da História Eclesiástica

do Brasil”, obra de Gonçalo Soares da Franca. Faltam nesse volume as dissertações sobre a História Militar, de que foi encarregado o juiz de fora Inácio Barbosa Machado. Pedro Calmon (1949, p. 52) informa o seguinte:

Os códices originais da Academia Brasileira dos Esquecidos, que Varnhagen julgava perdidos, guardam-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podendo-se por eles restaurar o trabalho literário, assaz volumoso (em três tomos manuscritos) do grêmio, que funcionou de 7 de março de 1724 a 4 de fevereiro de 1725, em 18 sessões formais, ou “outeiros”. Fora dos *códices*, há *Dissertações Acadêmicas e Históricas nas quais se trata da História Natural das cousas do Brasil* (pelo Des. Chanceler Caetano de Brito e Figueiredo), 69 fls.; *Exercícios de Marte* (por Inácio Barbosa Machado), 82 fls.; e *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil* (pelo Padre Gonçalo Soares da Franca), 79 fls., *códices Alcobacenses*, Biblioteca Nacional de Lisboa (*Inventário*, IV, 295-298, Lisboa, 1932); e *Dissertações Altercadas e refutadas para melhor averiguação da verdade na História do Brasil* (Luís de Siqueira da Gama), *Inventário*, V, 370.

Faltam, portanto, no tomo 5 da obra organizada por José Aderaldo Castello, os *Exercícios de Marte*, de Inácio Barbosa Machado. Ariel Castro (1999, v.1, p. 349) informa que esse autor “deu à estampa, em Lisboa, o resultado da tarefa que lhe foi cometida como acadêmico esquecido”. Em nota, informa que o título da obra, publicada em 1745, é *Fastos Políticos, e Militares da Antiga, e Nova Lusitânia, em Que Se Descrevem as Acções Memoráveis, Que na Paz, e na Guerra Obrarão os Portuguezes, nas Quatro Partes do Mundo*. Contraditoriamente, informa, também:

Deixou [Inácio Barbosa Machado] preparadas para a tipografia, conforme o código 848 da Biblioteca Nacional de Lisboa, as dissertações que reuniu na Bahia em junho de 1723 e que apresentou durante as sessões de funcionamento da Academia dos Esquecidos dos dois anos seguintes. Deu ao conjunto o título de *Exercícios de Marte* [...]. (CASTRO, Ariel, 1999, v. 1, p. 349)

Com base no “estatuto”, na obra publicada por José Aderaldo Castello e nas demais informações coletadas, tentamos esboçar um esquema do funcionamento da Academia Brasileira dos Esquecidos.

A primeira conferência se iniciou com a “Oração” do secretário José da Cunha Cardoso, à qual, nos termos do estatuto, devem ter-se seguido

as “dissertações” de história natural, por Caetano de Brito Figueiredo, e de história militar, por Inácio Barbosa Machado. Em seguida, conforme o mesmo “estatuto”, seguiu-se a leitura de diversos poemas em português e latim, dirigidos ao orador-secretário da Academia e aos dois mestres que se pronunciaram sobre matérias históricas. Uma outra parte da sessão foi dedicada ao elogio do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, protetor da Academia; nela se pronunciaram numerosos poemas em português e latim. Outra parte, ainda, foi dedicada ao elogio da fundação da própria Academia; nela se celebraram a empresa adotada pelos acadêmicos (o Sol, com o lema *Sol oriens in Occiduo*), o título de “Esquecidos”, a lua nova da ocasião em que se abriu a Academia e Santo Tomás de Aquino – doutor da Igreja, considerado seu maior teólogo. A vinculação de Santo Tomás de Aquino com a vida acadêmica parece ser tradicional, já que, em 1880, foi ele declarado padroeiro das universidades, academias e colégios católicos (ARNS, 1985, p. 46).⁴ Em todas essas partes da primeira conferência houve poemas em português e latim.

O acadêmico Sebastião da Rocha Pita compôs poemas, destinados a essa primeira sessão acadêmica, sobre os seguintes assuntos: fez o elogio do secretário da Academia; louvou o mestre Inácio Barbosa Machado; fez, igualmente, o elogio do vice-rei; celebrou o título de “Brasília” da Academia; celebrou, em outro poema, o título de “Esquecidos” da Academia; compôs sobre a empresa da Academia; refletiu sobre o dia de Santo Tomás de Aquino; celebrou a lua nova da ocasião; louvou os acadêmicos em geral. Foi ele o escolhido para presidir a segunda conferência.

As sessões seguintes, num total de quatorze, ocorreram regularmente, de quinze em quinze dias, até 26 de novembro de 1724. Todas as sessões, presume-se, seguiram o prescrito no “estatuto”: começavam pela “oração” do presidente, continuavam-se pelos discursos históricos e prosseguiam pela leitura das poesias compostas para a ocasião pelos acadêmicos: poesias em louvor do presidente e poesias sobre os dois temas, um heroico e um lírico, dados para a ocasião. Os intervalos entre as três últimas sessões não foram regulares como os das sessões anteriores, conforme se vê na lista apresentada logo adiante.

⁴ Os poemas referem-se à data da formação da Academia como o dia de Santo Tomás de Aquino. Entretanto, o cardeal Arns afirma que a Igreja celebra esse santo no dia 28 de janeiro. É possível que o calendário litúrgico do século XVIII fosse diferente do atual.

Presidiram as dezoito conferências (excetuando-se a primeira) os seguintes acadêmicos: coronel Sebastião da Rocha Pita (7 de maio de 1724), capitão João de Brito e Lima (21 de maio), padre Francisco Pinheiro Barreto (4 de junho), padre Antônio Gonçalves Pereira (25 de junho), padre-mestre frei Raimundo Boim de Santo Antônio (9 de julho), padre-mestre Rafael Machado (23 de julho), cônego Antônio Roiz Lima (6 de agosto), deão Sebastião do Vale Pontes (27 de agosto), dr. João Borges de Barros (10 de setembro), cônego Inácio de Azevedo (24 de setembro), João Alves Soares (8 de outubro), dr. João Calmon (22 de outubro), frei Ruperto de Jesus e Sousa (12 de novembro), padre-mestre frei Luís da Purificação (26 de novembro), Félix Xavier (27 de dezembro), coronel José Pires de Carvalho (21 de janeiro de 1725) e padre Manuel de Cerqueira Leal (4 de fevereiro).

No tocante à produção poética, os assuntos dados para exercício nas diversas conferências (com exceção da primeira) foram os seguintes:

Segunda Conferência (7 de maio de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Quanto deve a República das Letras à Majestade del-Rei Nosso Senhor que Deus guarde verdadeiro protetor delas.”

Segundo Assunto (lírico):

“Problema, quem mostrou amar mais finamente Clície ao Sol, ou Endimião à Lua.”

Terceira Conferência (21 de maio de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite, em que Heróstrato lhe estava queimando o seu templo.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma dama formosa, mas com poucos dentes, que costuma falar pouco, por se lhe não ver aquela falta.”

Quarta Conferência (4 de junho de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto o Senhor Rei Dom João o 2º que se gloriava de conhecer os seus vassalos.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma Hera sustentando a um álamo seco.”

Quinta Conferência (25 de junho de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Primeiro assunto celebrar os anos do Príncipe Nosso Senhor, que Deus guarde, e fez 10 em 6 do corrente.”

Segundo Assunto (lírico):

“Segundo assunto uma dama dando a Fábio duas flores, a saber um amor-perfeito metido em um malmequeres.”

Sexta Conferência (9 de julho de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto a morte da Excelentíssima Senhora Marquesa Aia Dona Teresa de Moscoso.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto [a] Excelentíssima Senhora Marquesa de Gouveia Dona Inácia Rosa, que deixando o mundo se recolheu em um convento.”

Sétima Conferência (23 de julho de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto uma estátua de Apolo ferida e desfeita por um raio.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma dama que revolvendo na boca umas pérolas, quebrou alguns dentes.”

Oitava Conferência (6 de agosto de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto desta conferência César que tendo notícia da morte de seu inimigo chorou.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto dessa conferência um menino de gentil presença que colhendo rosas em um jardim, o mordeu um áspide, de que logo morreu.”

Nona Conferência (27 de agosto de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto Agripina, que dizendo-se-lhe que seu filho Nero a havia de matar, se chegasse a ser Imperador, respondeu que o fosse, ainda que depois a matasse.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto um delfim salvando e conduzindo às costas um naufragante até à praia.”

Décima Conferência (10 de setembro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto um problema: aonde teve mais glória Trajano, se na vitória que alcançou, cujo triunfo não chegou a lograr, por se lhe antecipar a morte, ou se na sua estátua, em que ostentou obséquios Adriano, a quem o Senado adjudicara o triunfo.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma senhora, que perdendo um grande bem, cuida muito em se esquecer do bem perdido.”

Décima Primeira Conferência (24 de setembro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto o valor e zelo, com que o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses acudiu pessoalmente a apagar o incêndio, que já estava ateado nas paredes, e teto da Casa e oficina da pólvora, em que se achavam mais de 400 barris dela.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma dama que chegando à janela a ver o seu amante com os raios do Sol o não pôde ver.”

Décima Segunda Conferência (8 de outubro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto: quem cala vence.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto: Dizem que amor com amor se paga; e o mais certo é que amor com amor se apaga.”

Décima Terceira Conferência (22 de outubro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto celebrar os anos de sua Majestade que Deus guarde.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma Açucena.”

Décima Quarta Conferência (12 de novembro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto o Estado do Brasil contendendo com o da Índia sobre qual deve mais ao governo do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto uma dama que tomando o fresco em um jardim quando viu pôr o Sol começou a chorar.”

Décima Quinta Conferência (26 de novembro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o 1º assunto Cipião desterrado de Roma.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto Anaxarte convertida em pedra.”

Décima Sexta Conferência (27 de dezembro de 1724)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto a modéstia de Alexandre Magno quando se lhe houveram de apresentar a mulher, mãe e filhas de Dario vencido.”

Segundo Assunto (lírico):

“Foi o segundo assunto Pirene transformada em fonte.”

Décima Sétima Conferência (21 de janeiro de 1725)

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto Diógenes buscando com uma luz nas horas do dia um homem na Praça de Atenas.”

Segundo Assunto (lírico):⁵

“Foi o segundo assunto um cego trazendo às costas a um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos.”

Décima Oitava Conferência (4 de fevereiro de 1725)⁶

Primeiro Assunto (heroico):

“Foi o primeiro assunto as damas de Cartago dando as tranças de seus cabelos para enxárcias de uma armada contra seus inimigos.”

Segundo Assunto (lírico):

Foi o segundo assunto o inspirado [retiro], que fez de Lisboa o Padre Bartolomeu em 25 de setembro.”

Quanto à História, foi Sebastião da Rocha Pita o autor de *História da América Portuguesa* (publicada em 1730), sua obra mais célebre. Ela foi produzida dentro do espírito acadêmico e acabou por ser a mais importante contribuição dessa época no campo da historiografia. Seu autor participou intensamente das atividades acadêmicas; presidiu a Segunda Conferência, compondo poemas para todas as sessões e, com exceção das penúltima e última conferências, escreveu poemas sobre os assuntos dados. Na última

⁵ No tocante a este “Segundo Assunto”, consta em José Aderaldo Castello (1971, v. 1, t. 4, p. 192): “Conferência de 21 de fevereiro de 1725.”

⁶ Esta última conferência, segundo Castello (1971, v. 1, t. 4), não se encontra nos manuscritos existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

delas, leu um soneto sobre o assunto heroico, mas não compôs sobre o lírico. Como esta conferência, aparentemente, aconteceu em condições precárias, pois comportou um número menor de poemas do que todas as outras sessões e, como que em substituição, admitiu poesias de “assuntos próprios” (CASTELLO, 1971, v. 1, t. 4, p. 243), Rocha Pita compôs para a ocasião o já mencionado soneto “Na suspensão que faz a nossa Academia com a última conferência.”

Com seus escritos, Sebastião da Rocha Pita participou de todos os aspectos da vida acadêmica: escreveu, como vimos, a *História da América Portuguesa* (fora de suas atribuições acadêmicas, porém dentro do espírito que orientara a fundação dela) e composições literárias (poesias – estas no contexto das reuniões acadêmicas). Apesar de ser a *História* sua obra mais célebre, foi principalmente como poeta que Rocha Pita participou das atividades realizadas na Academia Brasílica dos Esquecidos. A produção de textos históricos no contexto acadêmico não resultou em publicações, ao passo que a *História da América Portuguesa* foi publicada, circulou, e, conforme observa José Aderaldo Castello (1969, p. 106), nos transmitiu a primeira informação sobre a existência da Academia Brasílica dos Esquecidos.

No tocante à poesia, as composições feitas a partir de assuntos prescritos aos poetas indicam claramente a diferença da compreensão do fenômeno poético que se tinha no século XVIII em relação ao entendimento que se passou a ter desse mesmo fenômeno a partir do século XIX, e que persiste até hoje. Como se sabe, a noção de autoria que temos hoje não existia naquele contexto. Não escreviam os poetas segundo suas necessidades pessoais ou demandas psicológicas, mas segundo as práticas do fazer poético da época.

A Academia Brasílica dos Esquecidos, assim como as demais academias do período colonial, desempenhou importante papel no desenvolvimento da vida cultural na América Portuguesa, tanto em relação à organização da História da colônia por meio de registros escritos como no estímulo à atividade poética. A Academia foi o primeiro fator de intercomunicabilidade literária, situando-se, por esse motivo, nas origens da formação de um sistema literário, conforme a muito conhecida concepção de Antonio Candido (1959).

Referências

- ALMEIDA, Palmira Moraes Rocha de. *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa: Colibri, 2003.
- ARNS, Cardeal. *Santos e heróis do povo*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BARBUDA, Pedro Júlio. *Literatura brasileira*. Salvador: Estabelecimento dos dois Mundos, 1916.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2000.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Ed. fac-sim. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 7.
- CALMON, Pedro. *História da literatura baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959. 2 v.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: manifestações literárias da era colonial (1500-1808/1836)*. São Paulo: Cultrix, 1969. v. 1.
- CASTELLO, José Aderaldo (Org.) *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971. v. 1, 5 t.
- CASTELLO, José Aderaldo (Org.) *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974. v. 3, t. 1.
- CASTRO, Ariel. *Movimento academicista e processo político-cultural no Brasil colônia*. In: CASTRO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999. v. 1, p. 339-367.
- COSTA, Afonso. *Sebastião da Rocha Pita visto a olho nu*. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 76, p. 3-9, 1950-1951.
- DICIONÁRIO de História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- DOCUMENTOS históricos: cartas e provisões (1721-1722). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Biblioteca Nacional, 1939. v. 45.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da literatura clássica*. 3. ed. São Paulo: Anchieta, 1946. 3 v.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1966.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1747. t. 2.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1752. t. 3.

MARTINS, Wilson. *Pontos de vista (crítica literária)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994. v. 8.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial*. 1999. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 2 v.

PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Lisboa Ocidental: José Antônio da Silva, 1730.

SILVA, Ana Carolina Nogueira da; CAMARINHAS, Nuno. (Coord.) *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Ophir; Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses, [1998?]. CD-ROM.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987. 3 t.